

Grandes fortunas escapam da reforma

Proposta da tributária seguiu ao Senado

DE BRASÍLIA

A Câmara concluiu ontem a votação do segundo projeto de regulamentação da reforma tributária, que vai agora para análise do Senado. Os deputados rejeitaram a tributação sobre grandes fortunas. Também retiraram a cobrança de imposto sobre herança de fundos de previdência privada e também sobre a distribuição desproporcional de lucros entre sócios.

Além disso, os parlamentares autorizaram a transferência de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou do futuro Imposto sobre Bens e Serviços

(IBS) entre empresas do mesmo grupo econômico.

O texto-base do projeto foi aprovado em agosto, mas a votação de alguns destaques foi adiada, na ocasião, pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). O deputado alagoano chegou a dizer a aliados que só retornaria a análise da proposta depois que o Senado aprovasse o primeiro projeto de regulamentação da reforma, mas mudou de ideia.

Para viabilizar a aprovação do texto, o relator na Câmara, Mauro Benevides Filho (PDT-CE), elaborou uma emenda aglutinativa com mudanças que foram negociadas com os deputa-



Plenário da Câmara votou 2º projeto da regulamentação da reforma

dos. As alterações propostas por Benevides foram aprovadas com 404 votos a favor e nenhum contrário.

O plenário rejeitou um destaque do PSOL para a criação de imposto sobre grandes fortunas. A medida, proposta pelo deputado Ivan Valente (PSOL-SP), recebeu 262 votos contrários e 136 favoráveis. Apenas a federação lidera-

da pelo PT, o PSB e o próprio PSOL orientaram voto a favor. O governo decidiu não se posicionar e libertou a base aliada para votar como quisesse.

A cobrança do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), sobre heranças, nos planos de previdência privada, como VGBL, foi retirada do texto por meio da emenda.

A inclusão dessa medida no ITCMD era uma demanda dos governadores.

O secretário-extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, alega que previdência privada é aplicação financeira e precisava pagar imposto de herança.

O relator também acatou a retirada da cobrança do ITCMD sobre a distribuição desproporcional de lucros entre sócios de empresas e a rejeição da proibição de transferência de créditos de ICMS ou do futuro IBS entre companhias do mesmo grupo econômico.

O segundo projeto também instituiu o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai distribuir as receitas para estados e municípios.

Os senadores já têm um calendário definido para a tramitação do texto. Tanto Lira quanto o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), querem deixar a reforma comolegada.

A emenda da reforma foi aprovada em dezembro, após décadas de discussão, mas ainda é preciso regulamentá-la na Constituição por meio dos projetos complementares. (Estado Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Caderno: B Pagina: 1